

P - 1933-1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

Paulo Freire

Secretário defende uma nova escola pública

Que seja menos elitista, menos autoritária e menos discriminatória, para fazer reduzir as evasões

297

"A escola pública é elitista, autoritária e não atende aos meninos e meninas proletários", afirmou o secretário Municipal de Educação de São Paulo, Paulo Freire, que veio a Belo Horizonte proferir a palestra Perspectivas da Educação Libertadora, na noite de ontem, durante as comemorações do décimo aniversário da UTE - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino.

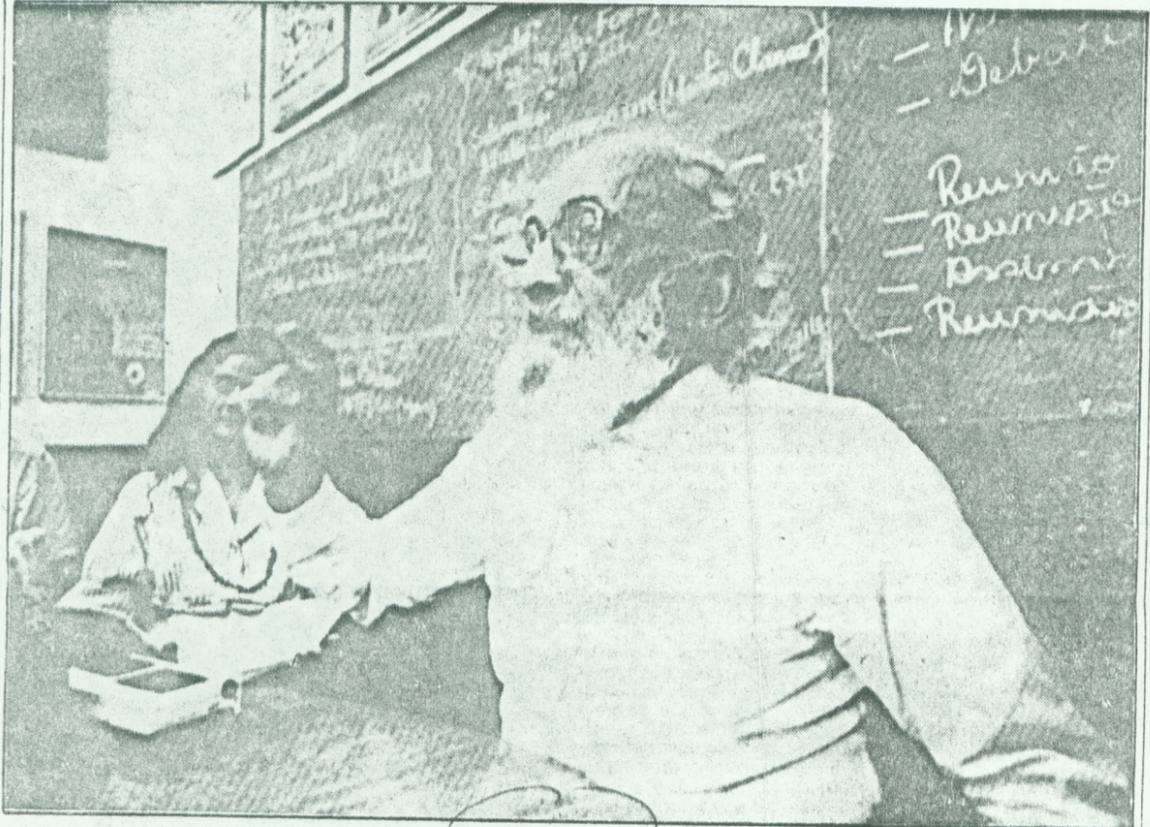
Com uma leitura sob os diversos ângulos da chamada evasão na escola de primeiro grau, ele classificou como grave a situação do Brasil atualmente, onde oito milhões de crianças com mais de 7 anos de idade estão fora da escola. "Elas foram proibidas de entrar porque são meninos do povo e a escola pública brasileira tem características elitistas". Por outro lado, ele enfatizou a necessidade de fazer uma leitura não oficial da evasão de alunos das escolas públicas de primeiro grau. Na sua opinião, a própria palavra evasão já é "idealização", pois dá a nítida impressão de que os alunos optaram por sair da escola, quando na realidade eles foram expulsos. Sua tese está baseada no número de alunos reprovados da primeira para a segunda série do primário, por não aprender a ler e escrever. Segundo ele, o restante do universo de estudantes que ingressam todos os anos na escola pública sai até a 5ª série.

No entanto, Paulo Freire não poupa os educadores pela omissão. "Que um educador tradicional durma em paz com esta situação eu aceito. Mas o progressista calado eu não aceito". Na sua visão, não basta ter um diretor de escola progressista para realizar mudanças, é preciso lutar para fazer da escola pública brasileira uma escola com cara popular. No entanto, destaca as únicas alternativas: democratização das escolas na sua rotina cotidiana, com participa-

ção da comunidade extra e intra-muros, buscar medidas para sanear o déficit da qualidade de ensino e quantidade de vagas. "As duas questões estão intrinsecamente ligadas. Se aumenta o número de vagas gera uma demanda de melhor qualidade e vice-versa". Entretanto, observa que é necessário escolher as estratégias para ganhar esta "briga", porque a escola brasileira é um reflexo do pensamento dos homens que estão no comando do País: "uma sociedade elitista e antidemocrática".

Por outro lado, o secretário de Educação de São Paulo afirmou que todos os esforços estão sendo feitos para mudar o panorama da educação municipal na maior metrópole da América Latina. Mas frisou que estas não são mecânicas e demandam muito tempo. "Cuba fez uma revolução e ainda hoje está tentando implantar a escola popular. Em São Paulo estamos humildemente pretendendo dar uma resposta ao autoritarismo e elitismo da escola pública".

Somente na capital paulista, são 675 escolas para cerca de 800 mil alunos na rede pública municipal. Um dos objetivos principais da equipe de Educação da prefeita Luiza Erundina é mudar a cara da escola "e transformá-la num espaço alegre, maduro, mas que não envelheça". Bem humorado, Paulo Freire brinca: "queremos uma escola que seja tão menina e tão menino como eu sou aos 67 anos, ainda faço mais que muitos jovens de 25. Só não subo dez andares de escada". Seu maior sonho é ver uma escola pública séria, não sendo chata. Rigorosa sem ser enfadonha, onde caiba tanto o aluno bem "nascido", com o oportunidade de boa alimentação, lazer, férias, e os proletários, da faixa mais carente da população.



PAULO FREIRE

"Que o educador tradicional durma em paz, eu aceito. Mas o progressista calado, não"

Brasil passa pelo período da democracia da sem-vergonhice

"Se o Lula for eleito e cair na besteira de me convidar para ministro da Educação eu aceito", confessou, entre risos e muito à vontade, o secretário Municipal de Educação de São Paulo, Paulo Freire. Apesar de seu comportamento modesto, ele é considerado um dos melhores educadores do País. O autor do livro Pedagogia do Oprimido, traduzido para 19 línguas diferentes e de várias teses sobre a Educação, avalia que há muita pressa em cobrar mudanças, principalmente do governo da prefeita Luiza Erundina, que possui apenas cinco meses.

Na sua opinião, esta característica é observada com mais vigor entre os jovens revolucionários. No entanto, destaca que as mudanças sociais são lentas, muito pelo fato de com o bicho homem e o bicho mulher". Apesar de não falar sobre o momento político brasileiro, pelo menos na entrevista coletiva que concedeu na tarde de ontem, ele não deixou de fora a crise de credibilidade por que passa o homem público atualmente.

Segundo ele, no Brasil estamos vivendo um período de democratização da "sem-vergonhice". "Basta aparecer um político na televisão declarando alguma coisa que no mesmo momento nós elaboramos um pensamento de que a realidade

é exatamente o contrário do que foi dito". Para Paulo Freire é preciso mudar este comportamento. "Se o homem público disse que neste copo está cheio de água, ele não pode ter café", exemplifica. Entretanto, não livra os homens do comando político do País da parcela de culpa no processo. "Há poucos dias fui chamado a visitar uma escola na periferia de São Paulo, onde desde setembro de 88 existe uma placa de inauguração. Só que lá não tem água, luz, muros, nada. Só a placa. Lá quando inaugurarmos a escola vamos colocar outra placa, com os dizeres: a placa ao lado é mentira". E continua: "na administração da Erundina, podem ter certeza, não haverá uma só inauguração neste estilo".

Por outro lado, acredita que os brasileiros ainda podem ter esperanças no País. No entanto, terão que lutar para transformar a esperança em realidade. Na sua fala, um crédito dado aos jovens de 16 anos, que votam pela primeira vez este ano, no pleito para presidente da República. "Eles podem até votar errado, mas vão aprender". Comentado por um repórter: "votar no Comentado por um repórter se votar no Colô, por exemplo, estaria entre os erros. Ele respondeu rapidamente; claro, com um sorriso discreto.

Índio tem o ensino pela rede oficial

A Fundação Nacional de Índio e a Secretaria de Estado da Educação, estão desenvolvendo nas comunidades indígenas um projeto que visa integrar o processo educacional desenvolvido nas aldeias ao sistema oficial de ensino de MG. Segundo o superintendente executivo da 3ª região da Funai Lauri Campos Rodrigues, o órgão mantém escolas nas aldeias indígenas para a alfabetização de primeira a quarta série, mas este curso não é reconhecido pela legislação estadual, o que torna o diploma do índio um instrumento de pouco valor.

O secretário adjunto da Educação, Carlos Motta, afirmou que essa é uma reivindicação totalmente justa, acabando com um problema que dificulta a integração da cultura primitiva com a sociedade mineira alfabetizada. "A Secretaria da Educação", disse, "certamente vai aceitar este desafio".

A superintendente da SEE, Zélia Andrade Paiva, informou que será implantado um programa global, visando regularizar as matérias ensinadas aos índios. O projeto, segundo ela, será submetido ao Conselho Estadual de Educação, com competência para aprovar o nascimento das escolas, que já existem de fato, mas não de direito.

Rossana Brito Faneco Amorim, responsável pelo desenvolvimento comunitário do índio, explicou que são cerca de 5 mil indígenas das diversas tribos de MG: Machacali, Krenak, Pataxé e Xacriabá. Suas reservas estão nos municípios de Bertópolis, Resplendor, Carmésia e Itabacuri.

A Funai aplica a abordagem bilíngue português-Machacali como forma de manter a cultura desse povo, mas adaptando às tradições linguística, religiosa e de costumes e que dificilmente se mistura com a cultura do branco. O idioma Machacali não tinha forma escrita, foi preservado em sua forma oral e continua sendo a língua mais falada ainda hoje nas aldeias.